

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Escola de Enfermagem e Saúde Coletiva
Bacharelado em Saúde Coletiva

TCC

**VIOLÊNCIA SEXUAL: ESTUDO EM MUNICÍPIOS DE GRANDE PORTE DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Valkiria de Abreu Schein
Orientadora: Stela Nazareth Meneghel
Co-orientador: Roger Flores Ceccon

Porto Alegre
2018

RESUMO

Este estudo tem como objetivo descrever a prevalência de violência sexual perpetrada contra mulheres em municípios de grande porte populacional do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de um estudo ecológico que utilizou dados provenientes da base de dados da Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul no período de 2012 a 2017, sendo analisados os municípios com população maior de 200 mil habitantes, considerados de grande porte populacional. Observou-se que o município de Gravataí apresenta as maiores taxas de violência sexual, com uma média de 46 mulheres violentadas a cada 100 mil, seguido de Alvorada (45,2/100 mil) e Viamão (41,1/100 mil). Evidenciou-se aumento dos casos de violência sexual contra mulheres no triênio de 2015 a 2017 em 75% dos municípios estudados quando comparado ao período de 2012-2014, sobressaindo-se o município de Gravataí, que apresentou grande aumento. A violência sexual apresentou alta prevalência, reforçando grave violação de direitos humanos, um problema de saúde pública que afeta todas as classes sociais, em espaços públicos ou privados e afetando a qualidade de vida das mulheres.

Palavras-chaves: Violência sexual; Saúde pública; Gênero; Mulher; Direito e liberdade

INTRODUÇÃO

A violência contra mulheres apresenta elevada prevalência e é considerada um importante problema de saúde pública. Resulta das desigualdades de gênero oriundas do sistema patriarcal, que vulnerabiliza as mulheres na sociedade e limita a busca por autonomia, potencializando o machismo que se intensifica por conta de uma cultura violenta, marcada pelo uso da força em um exercício de poder sobre os corpos femininos. As violências de gênero não são compreendidas como crimes relevantes pela sociedade, e os casos se mantêm em um *contínua* que leva à naturalização do comportamento agressivo contra as mulheres e à culpabilização das vítimas. (CHAUI, 1985).

A socialização de homens e mulheres ocorre de forma que a desigualdade é alimentada de forma velada, disseminando a ideia de que o valor da mulher está ligado às suas condutas morais e sexuais. Essa cultura banaliza, legitima e justifica a violência, fazendo com que a mulher seja vista numa posição de inferioridade, em que a sociedade culpabiliza a própria mulher pela violência sofrida, inclusive em espaços onde estas situações deveriam ser acolhidas, como nas delegacias de polícia e nos serviços de saúde. Entretanto, quando a mulher busca estes serviços como estratégia para superar este agravo, essas agressões são repetidas, sob a forma de violência institucional, resultando, muitas vezes, em assistência discriminatória, inadequada ou imprópria, principalmente nos casos de violência sexual (SAFFIOTI, 2004.).

A violência sexual é um crime que, embora apresente grande magnitude, é invisibilizado e subnotificado nos serviços de saúde. O silêncio das vítimas é motivado pelo medo, constrangimento e vergonha, impedindo a busca por proteção, dificultando a denúncia e limitando as chances de resistência das situações de violência.

No Brasil, ocorrem 50 mil casos de estupros de mulheres anualmente, representando 10% do total de violências, e mais da metade são crianças. Segundo o IPEA, em 2016, os estupros de crianças e adolescentes configuraram 68% dos casos de violência notificados no SUS. Crianças de até 13 anos são as mais vulneráveis, concentrando 51% dos casos, seguido de adultos (32%) e adolescentes (17%) (BRASIL, 2016).

A sexualidade deve ser desenvolvida naturalmente nas diferentes fases da vida e, quando esse direito é violado, afeta gravemente as mulheres, principalmente quando a vítima é criança ou adolescente. Por serem mais vulneráveis e não terem clareza da situação, não conseguem identificar e enfrentar este agravo. Grande parte dos atos de violência sexual sofrida ocorre em casa e é cometida pelos pais, outros membros da família ou pessoas que cuidam das crianças. O lar, identificado como local acolhedor e de proteção, passa a ser, nesse caso, um ambiente de perigo contínuo, que resulta em medo e ansiedade permanentes, afetando o desenvolvimento e a liberdade feminina.

O estado do Rio Grande do Sul, historicamente caracterizado por uma cultura machista e patriarcal, apresenta elevada prevalência de violência de gênero, principalmente sexual. Em 2017, a OMS apontou 37 mil casos de violência sexual no Brasil, sendo 2.300 no Rio Grande do Sul. A violência sexual afeta negativamente a saúde física das mulheres, podendo ocasionar doenças sexualmente transmissíveis, lesões e gravidez indesejada; e na saúde mental e psicológica, gerando depressão, síndrome do pânico, ansiedade e distúrbios psicossomáticos. É necessário reforçar a importância do enfrentamento desse problema e tirar o tema da invisibilidade, que de certa forma protege os agressores, gerando impunidade e naturalização. Ações de prevenção da violência deveriam ser pensadas, como o conhecimento do corpo, questões culturais de gênero e aspectos que dizem respeito aos padrões adotados de feminilidade e masculinidade (MACHADO, 2010). Além do mais, são necessárias políticas públicas mais eficazes, com olhar aprofundado sobre as desigualdades presentes na sociedade, garantindo o cumprimento das leis que garantem os direitos de mulheres, crianças e adolescentes. A falta de informações e a subnotificação dos casos de violência prejudica a elaboração de políticas específicas, considerando que a violência sexual nem sempre deixa vestígios, pois em alguns casos é cometida sob ameaça, impossibilitando a vítima de superar as situações de violência (FRANCISCHINI, 2000).

A violência sexual, por ser uma questão de saúde pública, considerando seu impacto na vida das pessoas e coletividades, seu enfrentamento envolve a conscientização e a participação efetiva da sociedade e de profissionais sensibilizados e implicados com a proteção das mulheres. Sendo assim, o sanitarista é um profissional habilitado a integrar e articular uma rede de cuidados, pois a intervenção nos casos de violência é multiprofissional, interdisciplinar e interinstitucional.

Embora existam poucos estudos em grandes centros urbanos brasileiros, supomos que as violências sexuais apresentam maior incidência em aglomerados e cidades ou regiões com maior densidade populacional, devido à dinâmica social das grandes cidades brasileiras, que dificultam a formação de redes sociais de apoio e proteção. Portanto, o objetivo deste estudo foi descrever a prevalência de violência sexual perpetrada contra mulheres em municípios de grande porte populacional do estado do Rio Grande do Sul.

MÉTODO

Este é um estudo ecológico que analisou a prevalência de casos de violência sexual contra mulheres no período de 2012 a 2017. A violência sexual foi considerada como toda ação que obriga a mulher a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal.

Foram investigados os municípios do estado do Rio Grande do Sul que apresentavam população maior de 200 mil habitantes no último Censo do IBGE, considerados de grande porte populacional, compreendendo doze municípios gaúchos. Foram pesquisadas as cidades de Alvorada, Canoas, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, São Leopoldo e Viamão.

Os dados foram coletados do Sistema de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul - Indicadores de Violência contra a Mulher, que apresentam a frequência absoluta dos casos de violência sexual ocorridos nos últimos anos. As taxas foram calculadas utilizando como numerador o quantitativo de mulheres violentadas sexualmente no período e como denominador o quantitativo de mulheres de acordo com o último censo do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), multiplicado por 100 mil. Os dados foram apresentados de acordo com a série histórica do período estudado e agrupados em dois triênios (2012-2014 / 2015-2017).

A pesquisa foi conduzida dentro dos padrões exigidos pela Declaração de Helsinque e, por utilizar dados secundários, não necessita de aprovação em Comitê de Ética.

RESULTADOS

Este estudo evidenciou alta prevalência de violência sexual contra mulheres em municípios de grande porte populacional do estado do Rio Grande do Sul. No período estudado, foram registrados 3.517 casos de estupro nos 12 municípios, representando um agravo rotineiro na dinâmica social das grandes cidades. Em números absolutos, o município de Porto Alegre apresentou o maior quantitativo de mulheres violentadas (1.182 casos), seguido de Gravataí (361) e Viamão (302), todos municípios da região metropolitana do estado.

A tabela 1 apresenta a série histórica dos coeficientes de violência sexual proporcional a 100 mil mulheres nos municípios estudados. Observou-se que o município de Gravataí apresenta as maiores taxas, com uma média de 46 mulheres violentadas a cada 100 mil, seguido de Alvorada (45,2/100 mil) e Viamão (41,1/100 mil). O município que apresenta as menores taxas é Caxias do Sul, cujo coeficiente médio no período foi de 15/100 mil mulheres. Observa-se que no ano de 2016 a cidade de Gravataí apresentou a maior taxa do período, com um coeficiente de 68,1/100 mil.

A tabela 2 apresenta os coeficientes organizados em dois triênios, que são relativos ao período de gestão do governo do estado, instância governamental responsável pela política de segurança pública de proteção das mulheres. Foi possível observar aumento dos casos de violência sexual contra mulheres no segundo triênio em 75% dos municípios estudados, sobressaindo-se o município de Gravataí, que apresentou grande aumento.

Tabela 1: Coeficiente de violência sexual contra mulheres proporcional a 100 mil mulheres, municípios com população maior que 200 mil habitantes, Rio Grande do Sul, 2012 – 2017.

Municípios/Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Média 2012 - 2017
Alvorada	32,8	45,7	51,7	53,7	47,7	39,8	45,2
Canoas	30,4	24,4	32,2	34,0	14,3	30,4	27,6
Caxias do Sul	15,8	20,7	9,9	15,8	10,4	17,6	15,0
Gravataí	41,3	35,9	40,5	43,6	68,1	46,6	46,0
Novo Hamburgo	32,5	38,2	20,3	26,0	29,2	36,5	30,4
Passo Fundo	40,3	23,8	32,0	44,4	26,9	32,0	33,2
Pelotas	14,4	20,7	16,1	16,1	21,8	31,0	20,0
Porto Alegre	26,6	24,7	23,7	24,6	25,0	31,8	26,1
Rio Grande	24,5	24,5	31,3	22,5	19,6	21,5	24,0
Santa Maria	23,3	25,5	25,5	23,3	29,1	40,0	27,8
São Leopoldo	38,2	34,6	22,8	33,7	33,7	37,3	33,4
Viamão	37,4	35,8	31,7	43,1	48,8	49,6	41,1

Tabela 2: Coeficiente de violência sexual contra mulheres proporcional a 100 mil mulheres, municípios com população maior que 200 mil habitantes, Rio Grande do Sul, triênios 2012-2014 e 2015-2017.

Municípios/Triênio	2012 - 2014	2015 - 2017	Variação
Alvorada	43,4	47,1	Aumento
Canoas	29,0	26,2	Redução
Caxias do Sul	15,5	14,6	Redução
Gravataí	39,3	52,8	Aumento
Novo Hamburgo	30,3	30,6	Aumento
Passo Fundo	32,0	34,4	Aumento
Pelotas	17,0	23,0	Aumento
Porto Alegre	25,0	27,1	Aumento
Rio Grande	26,7	21,2	Redução
Santa Maria	24,7	30,8	Aumento
São Leopoldo	31,9	34,9	Aumento
Viamão	35,0	47,2	Aumento

DISCUSSÃO

O presente artigo tem como pressuposto discutir a violência sexual sob o viés da segurança e da saúde pública, tendo em vista que é um problema social que necessita a articulação de diferentes áreas da sociedade. Este estudo evidenciou a alta prevalência de violência sexual contra mulheres nas cidades de grande porte populacional do estado do Rio Grande do Sul, principalmente nas cidades de Gravataí, Alvorada e Viamão. Estes municípios estão localizados na região metropolitana de Porto Alegre, que concentra 34 cidades e se caracteriza pela alta densidade demográfica e populacional (4,4 milhões de habitantes), pela urbanização e pela elevada economia (40% do PIB gaúcho). Entretanto, estes municípios apresentam grandes desigualdades sociais e de gênero, intenso tráfico de drogas, crime organizado, migração feminina e falta de redes sociais de apoio e proteção, características que vulnerabilizam ainda mais as mulheres.

De acordo com levantamento realizado em 309 cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes, as cidades de Viamão e Alvorada estão entre as mais violentas do país, sendo Viamão considerada a mais violenta do Rio Grande do Sul, ficando Porto Alegre em terceira posição no ranking estadual (IPEA, 2016). Este fato corrobora com a premissa de que em localidades onde

há violência de gênero coexiste também violência estrutural, que afeta a sociedade como um todo, pois são localidades socializadas pela cultura da violência.

Estudos sobre a violência tem estimado que ela ocorre em proporções muito maiores em mulheres, resultado da cultura machista que está impregnada na sociedade. Dentro deste contexto social que ainda vivemos, a violência, os abusos e os estupros acontecem de forma muito grave contra as mulheres. Essas práticas de violência são indicativos de controle, mando e posse de homens sobre as mulheres, consideradas inferiores, frágeis e incapazes, representações que revelam a introjeção de valores machistas impregnados nas trajetórias de vida através dos diversos processos de socialização de homens e mulheres presentes, sobretudo, na família, escola e Estado (BEAUVOIR, 1987). Apesar da trajetória feminina na sociedade ser evidenciada por importantes conquistas de direitos, a exemplo do voto, educação, participação política e no mercado de trabalho, ainda não se pode afirmar a existência de igualdade de gênero (BOURDIEU, 1995).

Pressupomos que o aumento dos casos de violência sexual contra mulheres nas grandes cidades do Rio Grande do Sul no segundo triênio, que contempla o período de 2015-2017, é relativo à atual crise na segurança pública do Estado. Esta crise foi agravada na gestão do governador José Ivo Sartori como resultado direto do corte de investimentos, dos ataques aos servidores públicos e da total falta de orientação do governo do Estado na área. A gestão do governador foi marcada por atrasos nos salários dos servidores, incluindo os policiais, durante todos os meses do mandato, o que certamente influencia na atuação de proteção, prevenção e combate à violência sexual.

Além do mais, uma das primeiras ações do governo do Estado, logo que assumiu, foi a extinção da Secretaria de Segurança para as Mulheres e a Patrulha Maria da Penha, ações do governo anterior que apresentaram bons resultados no combate à violência e desigualdades de gênero no estado. A Secretaria de Políticas para as Mulheres, criada em 2011, tinha o objetivo de atuar nos programas de governo, visando à promoção dos direitos da mulher para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural (BARBARÓI, 2016). Além do mais, é rotineira o descaso nas delegacias comuns, com

falhas no atendimentos e processamento das denúncias de violência contra as mulheres. A falta de um olhar humanizado e a desvalorização da violência sofrida pela mulher faz com que policiais, delegados e investigadores tivessem dificuldades de reconhecer tal crime como uma conduta passível de penalidades.

Segundo os dados da pesquisa, fica muito claro o aumento da violência no segundo triênio, as evidências em relação a gestão do atual governo associado a um problema estrutural, apenas aprofundou a crise do aparelho de estado. A sociedade gaúcha ficou refém da criminalidade em virtude do conflito entre gangues criminosas, a certeza de ausência de punição dos bandidos, o desaparecimento dos órgãos de vigilância do governo. Sem dúvida, as decisões de política arbitrária foi a grande responsável pela crise da máquina pública gaúcha e, com ela, das condições de oferta de segurança pública.

Este estudo apresenta algumas limitações, principalmente aquelas relativas às subnotificação dos casos de violência sexual, que interferem na real prevalência deste agravo, embora não reduzam a potência da pesquisa. Além do mais, sugere-se a realização de pesquisas futuras que contemplem as características das mulheres violentadas, principalmente aspectos relativos à raça e classe social.

CONCLUSÃO

Minha intenção ao apresentar esse artigo é chamar atenção para um problema que possuem raízes históricas relacionadas com a intolerância e o desrespeito de uma cultura machista na qual as mulheres são tratadas como propriedades. A desigualdade de gênero ainda permeia todos os campos da sociedade, fomentada pelo machismo de uma classe que se acha superior as mulheres e, por pensar assim faz uso de todas as formas de violência para subjugar através da força.

Se faz necessário e urgente que a sociedade entenda a violência praticada contra a mulher como um fenômeno social e que demanda uma abordagem que contemple a integralidade e a interdisciplinaridade para lidar com os impactos significativos na vida das mulheres seja no aspecto físico, subjetivo, sexual e afetivo.

Me sinto provocada a falar, enquanto profissional, estudante de saúde coletiva, mãe, mulher e esposa, que a melhor maneira de encorajarmos a denúncia de estupro, ou qualquer outra forma de

violência praticada contra a mulher é lutar para que os direitos humanos, a liberdade de ir e vir, dessas mulheres, sejam considerados e preservados no acolhimento, com a prática da escuta e poder contar com mais investimentos em serviços especializados e habilitados para o atendimento integral a vítimas de violência sexual.

Agradecimentos

À minha orientadora Stela Meneghel pelo apoio e convite para que eu participasse de sua
pesquisa.

Ao meu Co-orientador Roger Ceccon pelas suas correções e incentivos.

REFERÊNCIAS

Atenção Básica do RS

<http://www.saude.rs.gov.br/seminario-lanca-guia-de-atendimento-em-saude-as-pessoas-em-situacao-de-violencia-sexual-e-certifica-hospitais>.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). Brasília, n. 11, mar. 2014

Drezett J. Estudo de fatores relacionados com a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres adultas [tese]. São Paulo: Centro de Referência da Saúde da Mulher e de Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento Infantil; 2000.

Minayo MCS, Souza ER. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. Ciênc Saúde Coletiva 1999; 4:7-23.

Organização Mundial da Saúde. Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência. Washington DC: Organização Mundial da Saúde; 2012.

Relatório Mundial sobre a Violência e a Saúde. OMS -23 de set de 2015.

Souza CS, Costa MCO, Assis SG, Musse JO, Sobrinho CN, Amaral MTR. Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes/VIVA e a notificação da violência infanto-juvenil, no Sistema Único de Saúde - SUS de Feira de Santana - Bahia, Brasil. Ciênc Saúde Coletiva 2014; 19:773-84.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza. Violência de gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995. [Links]

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

Violência contra a mulher: estupro no Brasil IPEA.– 2013.